

## GÊNEROS TEXTUAIS E POLÍTICAS PARA O ENSINO DE LÍNGUA NO ENSINO BÁSICO

Caroline Barbosa Lima (UNIT)

Nívea da Silva Barros (UFS)

Apesar da popularidade adquirida pelos gêneros textuais, ainda é insuficiente a compreensão da importância desse enfoque para o ensino de língua no Ensino Básico (doravante EB). Por causa da maciça preparação para o vestibular, é colocado em segundo plano o objetivo maior do ensino de língua no EB: preparar para o uso pleno da linguagem no exercício da cidadania.

Os gêneros textuais não foram escolhidos ao acaso como base para operacionalização das políticas de ensino de língua. Existe uma motivação maior por trás dessa escolha, que envolve os objetivos gerais da educação brasileira e o contexto sociopolítico em que vivemos.

As ideias linguísticas estão intrinsecamente ligadas aos objetivos do ensino de língua, assim como também aos propósitos da educação nacional, e as diferentes concepções de língua e linguagem é que direcionam os rumos do ensino. As concepções de *linguagem como expressão do pensamento* e de *linguagem como instrumento de comunicação* já embasaram as políticas públicas para o ensino de Língua Portuguesa. Atualmente vigora a concepção de *linguagem como processo de interação*. Esta condiz com o propósito do atual Ensino Básico, que é preparar o aluno para a atuação crítica na sociedade.

Dessa forma, devemos considerar que as relações sociais são mediadas pela linguagem, a qual efetiva-se através de textos. Os textos, por sua vez, realizam-se organizados em gêneros textuais. “É impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero”. (DIONÍSIO, 2002, p. 22)

## IDEIAS LINGUÍSTICAS X POLÍTICAS DE ENSINO DE LÍNGUA

As ideias linguísticas andam lado a lado com as políticas de ensino de língua e estas, por sua vez, estão intrinsecamente ligadas aos propósitos da educação nacional. É

muito importante a maneira como o professor concebe linguagem e língua, pois a concepção que se tem da natureza fundamental da língua influencia bastante o trabalho de ensino. Podemos destacar três possibilidades de conceber a linguagem, seus pontos fundamentais são apresentados a seguir.

A primeira concepção é a de *linguagem como expressão do pensamento*, que nos leva a associar as pessoas que não se expressam bem como pessoas que não pensam. Presume-se que a língua nos impõe regras e são estas que constituem as normas gramaticais para falar e escrever bem da *gramática normativa tradicional*. O Normativismo foi instituído pela Reforma Pombalina que, tomando por base a ideia de língua como expressão da cultura nacional, preconizava o modelo de língua dos escritores clássicos portugueses como modelo representante da identidade nacional.

A segunda concepção vê a *linguagem como instrumento de comunicação*. A língua é vista como um código imanente, um conjunto de regras capaz de transmitir uma mensagem e que não recebe influências dos usuários nem do contexto social. Essa visão é representada por duas teorias linguísticas: o *Estruturalismo* (com base em Saussure) e o *Gerativismo* (com base em Chomsky), encaixando-se nos propósitos do *Tecnicismo* e sendo adotada pela LDB nº 5.692/71, durante a ditadura no Brasil. O resultado é um modelo mecânico de aprendizagem que isenta o aluno de reflexão.

A terceira concepção vê a *linguagem como processo de interação*, ou seja, a língua em uso. Para essa concepção, usar a língua é mais do que somente exteriorizar pensamentos ou transmitir informações, é atuar no mundo por meio da linguagem e saber interagir com os mais diversos interlocutores. “A linguagem é, pois, um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto socio-histórico e ideológico”. (TRAVAGLIA, 1976, p.23) Aqui estariam incluídas correntes e teorias linguísticas tais como a *Pragmática*, a *Linguística Textual* e a *Análise do Discurso*, entre outras.

A concepção que rege as políticas atuais é a de língua como forma de interação e atuação social. A globalização e o processo de democratização exigem que a escola prepare o aluno para o uso da linguagem como forma de atuar e interagir na sociedade. Esse é o objetivo maior do ensino de língua, operacionalizado pelos PCNs e em

consonância com o objetivo mais geral da educação nacional que é “... o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, como determina a atual LDB nº 9.394/96 (Art. 2º).

Apesar de ainda permanecer nos dias atuais, a visão normativista de língua não se adequa mais ao contexto contemporâneo. Mesmo sendo importante o conhecimento da norma culta, é muito mais relevante conhecer as variadas formas de usar a língua na sociedade, de acordo com os interlocutores envolvidos, o contexto socio-histórico e a situação comunicativa.

## **GÊNEROS TEXTUAIS: PONTO DE PARTIDA PARA O ENSINO DE LÍNGUA**

Desde os anos 80 do século XX, admite-se de forma quase unânime que o *texto* é o melhor ponto de partida e chegada para o trabalho com a língua em sala de aula. Trata-se de deslocar o foco do ensino da gramática - da norma e da frase isolada - para o funcionamento da língua em situações concretas de uso.

Os textos concretizam-se em formas diversas e funcionam de modos diferentes nas mais variadas situações sociais do dia a dia; estes, então, organizam-se em gêneros textuais, que refletem a experiência de seus usuários. A partir dos gêneros pode-se desenvolver um trabalho com base em materiais que efetivamente circulam na sociedade. Essa é a principal razão pela qual os PCNs e os PCNEM dão tanta ênfase a esse tipo de enfoque linguístico.

O trabalho com gêneros textuais permite analisar mais do que somente o funcionamento da língua, chegando-se ao funcionamento da própria sociedade mediado pelas atividades discursivas, pois os gêneros são parte integrante da estrutura social e não apenas reflexo dessa estrutura. “Os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia”. (DIONÍSIO, 2002, p.19) Os gêneros midiáticos, por exemplo, como notícias, crônicas, editoriais, artigos de opinião, etc, são fundamentais para entendermos a formação de opiniões na sociedade.

A noção de gênero passou a ser central na compreensão da linguagem, funcionando como unidade de análise. Os gêneros possibilitam explorar diversas dimensões linguísticas, oferecendo maneiras de explicar o uso da língua em contextos e práticas sociais específicos. Eles estão atrelados à capacidade humana de falar, interagir e constituir discursos. A compreensão do uso dos gêneros abre caminhos para a percepção de como a linguagem se entrelaça com as ações que constituem nossa realidade.

Cada esfera, com sua função socioideológica particular (estética, educacional, jurídica, religiosa, cotidiana etc.) e suas condições concretas específicas (organização socioeconômica, relações sociais entre os participantes da interação, desenvolvimento tecnológico etc.), historicamente formula na/para a interação verbal gêneros discursivos que lhe são próprios. Os gêneros se constituem e se estabilizam historicamente a partir de novas situações de interação verbal (ou outro material semiótico) da vida social que vão se estabilizando, no interior dessas esferas. (MOTTA-ROTH, 2005, p.164-165)

É importante entendermos que a escolha de um direcionamento linguístico para o ensino de língua não se dá ao acaso, mas está ligado aos propósitos da educação nacional e conseqüentemente ao contexto político do país. A palavra de ordem da atual LDB é *cidadania*, visando promover a igualdade de condições para os cidadãos. O ensino de língua a partir dos gêneros possibilita o desenvolvimento da competência comunicativa necessária para o exercício da cidadania, pois leva ao entendimento de como a linguagem media e estrutura as relações sociais.

## OS GÊNEROS TEXTUAIS NO ENSINO BÁSICO: AS ORIENTAÇÕES DOS PCNS E DOS PCNEM PARA O ENSINO DE LÍNGUA

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (PCN), é de extrema importância o desenvolvimento do domínio comunicativo, a fim de exercer uma prática discursiva eficaz através da produção textual em diversas situações comunicativas. Para compreender esse processo, é necessário diferenciar gêneros discursivos e tipologias textuais, assim como também considerar alguns

desenvolvimentos resultantes para o ensino, focados nas práticas de leitura e produção textual.

Qualquer enunciado fatalmente fará parte de um gênero. Mas não de uma forma pura e simplesmente determinista. Se vou me expressar em um determinado gênero, meu enunciado, meu discurso, meu texto será sempre uma resposta ao que veio antes e suscitará respostas futuras, o que estabelece a profunda diferença entre intertextualidade (diálogo entre textos) e interdiscursividade (diálogo entre discursos). (ROJO, 2000, p.17)

O trabalho discursivo tem como meio de manifestação linguística o texto. Não o texto construído aleatoriamente, sem estrutura e propósito, incapaz de possibilitar a compreensão por parte do interlocutor; mas sim, o texto que constrói um todo significativo com sequências verbais organizadas por relações que estabelecem a textualidade.

O gênero é responsável pela organização comunicativa do texto, caracterizando-se pelo tema (conteúdo através do gênero), composição (sistematização textual do gênero) e o estilo (unidades de linguagem). “Os gêneros são, portanto, determinados historicamente, constituindo formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura.” (PCN, 1998, p.21)

Em casos de práticas de leitura, é importante considerar todo um foco no raciocínio, em função do uso da língua, permitindo a elaboração de ideias fundamentais sobre os elementos e sentidos interligados nos textos. Isso refere-se, segundo os PCNs, a uma atividade de produção de sentidos que pressupõe analisar e relacionar enunciados, fazer deduções e produzir sínteses: uma atividade privilegiada de reflexão linguística.

A abordagem referente à chamada competência discursiva, remete à utilização da língua de diversas maneiras, a fim de variar os efeitos de sentido em situações diferenciadas, nos patamares interlocutivos de oralidade e escrita. Ainda no que condiz a essa competência, inclui-se como função da escola planejar atividades adequadas aos parâmetros de ensino-aprendizagem, valorizando, portanto, a dimensão histórico-social.

Nessa perspectiva, é necessário contemplar, nas atividades de ensino, a diversidade de textos e gêneros, e não apenas em função de sua relevância social, mas também pelo fato de que textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados de diferentes formas. (PCN, 1998, p.23)

Na relação de ensino-aprendizagem, almeja-se o crescimento do domínio discursivo do aluno. Sobretudo, cabe à escola, de acordo com os PCN, organizar atividades que permitam ao aluno exercer o uso da linguagem para a produção textual e para a leitura, servindo assim como suporte, inclusive, para outras áreas do conhecimento. Dessa forma, o aluno torna-se capaz de fazer análises críticas de diferentes discursos e amplia seu conhecimento para aprender a valorizar os diferentes usos da língua, impedindo assim, também, o preconceito linguístico.

Por sua vez, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), o objetivo do Ensino Médio não deve se limitar apenas à preparação para o ensino superior ou para o trabalho, mas principalmente completar a educação básica. “Em qualquer de suas modalidades, isso significa preparar para a vida, qualificar para a cidadania e capacitar para o aprendizado permanente...” (PCNEM, p.8).

Os PCNEM de Língua Portuguesa indicam que o ensino deve ser voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades, e são estas que irão proporcionar ao aluno a capacidade de se tornar ativo na sociedade. Como competências gerais de uso da língua, os PCNEM colocam: *Representação e Comunicação, Investigação e Compreensão e Contextualização Sociocultural*.

Sobre *Representação e Comunicação*, diz que é preciso “Compreender e usar a Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade”. (PCNEM, p.72)

A respeito da competência *Investigação e Compreensão*, propõe:

Analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, relacionando textos e contextos, mediante a natureza, função, organização, estrutura, de acordo com as condições de produção e recepção (intenção, época, local, interlocutores participantes da criação e da propagação de ideias e escolhas, tecnologias disponíveis). (PCNEM, p.72)

Com relação à Contextualização Sociocultural, coloca que é necessário “Considerar a Língua Portuguesa como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais e como representação simbólica de experiências humanas, manifestas nas formas de sentir, pensar e agir na vida social”. (PCNEM, p.72)

O desenvolvimento de todas essas competências leva em consideração o texto como unidade de ensino, portanto, passa pelos gêneros textuais, pois “Quando se pensa

no trabalho com textos, um conceito indissociável diz respeito aos gêneros em que eles se materializam, tomando-se como pilares seus aspectos temático, composicional e estilístico”. (PCNEM, p.77)

Nas três competências gerais encontramos indicações para o trabalho com gêneros textuais, pois este adequa-se à política atual de ensino de língua para o Ensino Médio, a qual visa o uso da língua como forma de exercício da cidadania. Podemos perceber essa relação nos trechos que dizem “Compreender e usar a Língua Portuguesa como (...) integradora da organização do mundo...”; “Analisar os recursos expressivos da linguagem verbal, (...) de acordo com as condições de produção e recepção (intenção, época, local, interlocutores participantes...)”; e “Considerar a Língua Portuguesa como fonte de legitimação de acordos e condutas sociais e como representação simbólica de experiências humanas, manifestas nas formas de sentir, pensar e agir na vida social”. (PCNEM, p.72)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que não é feita aleatoriamente a escolha de concepções linguísticas a serem usadas como base das políticas públicas para o ensino de língua. As ideias linguísticas estão ligadas aos objetivos do ensino na área de linguagem e, conseqüentemente, aos propósitos da educação nacional e a todo um contexto político e ideológico.

Foram discutidas as concepções de *linguagem como expressão do pensamento* e de *linguagem como instrumento de comunicação*, que já embasaram as políticas públicas para o ensino de Língua, mas que não são mais usadas nos documentos oficiais. Observou-se que atualmente vigora a concepção de *linguagem como processo de interação*, condizente com o propósito dos atuais Ensino Fundamental e Ensino Médio, ou seja, preparar para a atuação crítica na sociedade. Dessa forma, explicitamos a adequação da escolha do trabalho com gêneros textuais para atingir os propósitos do Ensino Básico quanto à linguagem, qual seja o de desenvolver competências que possibilitem a participação ativa na sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAZERMAN, Charles. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva e HOFFNAGEL, Judith Chambliss (org). **Gêneros Textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio – linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

DIONÍSIO, Ângela Paiva. **Gêneros Textuais e Ensino**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel, BEZERA, Ma. Auxiliadora. **Gêneros Textuais & Ensino**. Rio: Lucena, 2005.

MOTTA-ROTH, Désirée; BONINI, Adair; MEURER, Jose Luiz ((Org.)). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. 2. ed. São Paulo, SP: Parábola, 2007.

ROJO, Roxane; CORDEIRO, Glais Sales. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

VISIOLI, Ângela Cristina Calciolari. **Política de ensino de língua portuguesa e prática docente**. Maringá, PR, 2004. 134 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá.